

Andef 35 anos

A busca por um processo efetivo de registro

Guilherme Guimarães¹

EM 2009, a Andef comemora 35 anos de existência. Criada em 1974, então como Associação Nacional de Defensivos Agrícolas, a entidade tinha como objetivo congrega as empresas, buscando formas de atualizar as regulamentações e fortalecer a imagem do setor. A agricultura experimentava franca expansão, em meados da década, estimulada pelo Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, PNDA. Ao longo dos anos, surgiram novas exigências no mercado, no qual o desafio da segurança alimentar passou a ser acompanhado pela preocupação ambiental, exigindo uma resposta da tecnologia, que veio através dos institutos acadêmicos públicos e nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas privadas, que trouxeram mudança notável na produção agrícola brasileira nas últimas décadas. É o que se observa, por exemplo,

avaliando a participação do setor de defensivos agrícolas.

Os novos produtos fitossanitários apresentam características agrônômicas cada vez mais eficazes, com perfil toxicológico e ambiental que demonstram maior segurança para os agricultores, os consumidores dos alimentos e o meio ambiente. Dentre os resultados concretos da inovação nas últimas décadas, destaca-se a significativa redução de doses no uso dos produtos. Os fungicidas registraram redução de doses de 87%; os herbicidas reduziram as doses em 88,4%; os inseticidas reduziram o uso de doses em 93,6%. Quanto à toxicidade aguda, os avanços da pesquisa também são expressivos: nos inseticidas, por exemplo, a redução foi de 160 vezes. Os resultados são mais positivos quando o uso dos produtos se alia ao manejo integrado de pragas e do-

enças e a técnicas, como o plantio direto e a agricultura de precisão, entre outras. Mencione-se, ainda, o desenvolvimento de equipamentos de proteção individual (EPI) de uso obrigatório pelos aplicadores dos produtos, adequados às condições climáticas tropicais.

Some-se à contribuição ao salto tecnológico o fato de as indústrias associadas à Andef – hoje Associação Nacional de Defesa Vegetal – incorporarem aos aspectos técnicos ligados à pesquisa e experimentação o conceito da sustentabilidade – quando este ainda soava distante para a maioria dos segmentos produtivos em todo o mundo. Com base no Código de Conduta da FAO, Organização Mundial para a Alimentação e Agricultura, vinculada à ONU, a Andef firmou parcerias com diversas universidades, instituições de pesquisa, órgãos de extensão rural, co-



operativas, associações de agricultores e governos federal e estaduais.

O desafio permanente, nas últimas décadas – não apenas para o setor de defensivos agrícolas, mas das diversas cadeias produtivas – tem sido facilitar o uso das ferramentas tecnológicas colocadas à disposição dos agricultores para a melhoria da produção e da produtividade, mas priorizando a segurança do homem e a preservação dos recursos naturais. O setor de defensivos agrícolas tem alcançado essa meta ao estabelecer como pilares estratégicos, além da pesquisa e inovação, a educação e o treinamento do agricultor e do trabalhador no campo para o uso correto e seguro desses insumos, assim como iniciativas de conscientização socioambiental nas regiões agrícolas.

Também têm exigido esforço constante nas ações voltadas para a regulamentação federal e estadual dos produtos fitossanitários. O objetivo fundamental é alcançar um sistema de registro efetivo para que usuários e consumidores possam ter garantida a segurança dos produtos utilizados. Para que ocorra essa efetividade, alguns parâmetros devem ser claramente observados.

Em primeiro lugar, a proteção à saúde humana e ao ambiente tem absoluta prioridade sobre a proteção dos cultivos, não sendo permitidos riscos inaceitáveis. Por isso, a segunda, e tão importante regra, é que o processo de registro de defensivos agrícolas seja claro e transparente – esta é a única forma de melhorar a confiança pública, permitindo a todos entender o que é requerido para sua aprovação por parte das autoridades governamentais.

Também se faz indispensável que os produtos a ser disponibilizados ao agricultor sejam aqueles para os quais os dados foram gerados. Da mesma forma, exige-se a plena garantia de que os produtos sejam eficientes no uso e seguros para a cultura ou as culturas – benefício esse que deve ser demonstrável ao agricultor.

Item de caráter científico, mais afeito a especialistas, mas de grande importância, é o que regula os Limites Máximos de Resíduos (LMR): estes ao serem esta-

Valor agregado pela pesquisa

Entre os resultados concretos da inovação nas últimas décadas, destaca-se a significativa redução das doses no uso dos produtos. Os fungicidas registram redução de doses de 87%; os herbicidas reduziram em 88,4% as doses; os inseticidas reduziram o uso de doses em 93,6%. Quanto à toxicidade, os avanços da pesquisa também são expressivos: nos inseticidas, por exemplo, a redução foi de 160 vezes.

Os resultados são mais positivos quando o uso dos produtos se alia ao manejo integrado de pragas e doenças e a técnicas, como o plantio direto e a agricultura de precisão, entre outras. Mencione-se, ainda, o desenvolvimento de materiais mais seguros e mais adequados às condições climáticas tropicais para os equipamentos de proteção individual, EPI, de uso obrigatório pelos aplicadores dos produtos.

Destaca-se, ainda, a evolução na pesquisa de novos ingredientes ativos com o desenvolvimento de embalagens hidrossolúveis, de grânulos dispersíveis em água e a suspensão concentrada. Foi importante também a criação dos comitês reunindo pesquisadores das diversas áreas da ciência vegetal: trata-se dos comitês Irac, sigla em inglês de Comitê contra a Resistência de Insetos e Ácaros a Inseticidas e Acaricidas; Frac, contra a Resistência de Fungos; e Hrac, contra a Resistência a Herbicidas.

belecidos e a avaliação de risco dietético conduzida, em nível nacional ou regional, devem assegurar que a possível ingestão de resíduos esteja dentro dos limites aceitáveis e estabelecidos pelo governo. Quando há mercado internacional envolvido, os LMRs precisam estar alinhados aos dos países importadores, devendo, sempre que possível, ser consistentes com aqueles dos países exportadores.

É imprescindível, ainda, que a decisão de registro seja baseada em princípios científicos, assegurando a abertura e transparência necessárias para promover a confiança pública no processo. Por isso, impõe-se uma harmonização no sentido de que a qualidade dos dados requeridos, bem como o processo de avaliação de risco definido, não comprometam a habilidade do país em tomar decisões independentes no contexto local. Decisões tomadas na ausência de uma análise risco/benefício têm o potencial, tanto de negar o acesso de agricultores a produtos eficientes como de o comprometer a sua segurança e competitividade.

Faz-se necessário um tratamento isonômico para todos os requerentes de registro de defensivos agrícolas, assegurando um nivelamento no processo e uma competição saudável. Por fim, todos os países solidamente desenvolvidos nos

legam o exemplo do necessário respeito aos direitos de propriedade intelectual; esta é a condição que impulsiona a promoção contínua de inovação e proteção aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, promovendo igualdade de competição e alto padrão no mercado.

A Andef tem levado, nos últimos anos, essa mensagem as autoridades brasileiras. Dessa forma, busca que as normativas já aprovadas no Decreto 4074, de 2002 sejam regulamentadas, harmonizando-as com aquelas dos países desenvolvidos, principalmente no que se refere à introdução da avaliação de risco. Afinal, a invejável posição que o Brasil pode ter no cenário internacional – provendo de alimentos não somente a população interna, com produtos saudáveis e em quantidade, como cumprindo o seu papel de exportador de seus excedentes para um mundo carente de alimentos – tem de ter como base um sistema realmente efetivo de registro de defensivos agrícolas. Os conhecimentos nacional e internacional somente virão quando um processo científico, transparente, claro, sólido e efetivo estiver em prática. ■

1 Engenheiro agrônomo e gerente técnico e de regulamentação federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal.